

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

## ESTATUTO EPISTÊMICO DA PESQUISA-AÇÃO: UMA RELEITURA A PARTIR DO REALISMO CRÍTICO

Thiago Duarte Pimentel<sup>1</sup>

### RESUMO

Este ensaio realiza uma reflexão acerca dos principais obstáculos (desafios) atuais que se apresentam ao desenvolvimento da pesquisa-ação, considerando para isso 3 questões-chave que lhe são subjacentes: (1) a possibilidade de integração teórico-prática como forma de produção de conhecimento científico; o que requer um debate sobre (2) o estatuto científico da pesquisa-ação, a fim de se estabelecer as possíveis bases a partir das quais se pode desenvolver, de modo cientificamente justificado e legítimo, este tipo de pesquisa; e, de forma complementar, (3) o problema da generalização, ou como realizar a transferência do conhecimento científico (particular), gerado a partir do contexto de desenvolvimento da pesquisa-ação para outros contextos (geral), estabelecendo assim uma possibilidade de replicação ou de recuperação de conhecimentos. O argumento desenvolvido aqui é o de que a PA, por meio de sua concepção de pesquisa e intervenção representa um primeiro passo rumo a uma alternativa original em relação ao paradigma positivista para o processo de pesquisa, porém, ainda é suscetível aos vieses do relativismo “total” das abordagens antirrealistas e, portanto, frágil para sustentar uma sólida e perene elaboração científica. Nesse sentido, seu resgate e atualização, a partir de uma filosofia para a ciência realista crítica poderia suprir as deficiências epistêmicas originais daquela abordagem, conferindo-lhe maior rigor e cientificidade, dentro de um novo contexto de explicação científica. Para explorar este argumento, realizo uma revisão da literatura não exaustiva e seletiva sobre pesquisa-ação, enfatizando o contexto histórico de seu surgimento, as querelas envoltas em torno de suas justificativas e pretensão científica, bem como suas limitações reconhecidas internamente (pelos seus defensores) e apontadas externamente (pelos seus detratores). Na sequência, resgato elementos centrais desenvolvidos pelo movimento filosófico do realismo crítico, a saber: a afirmação do domínio ôntico e sua estratificação; o reconhecimento epistêmico de seus níveis e formas de integração; a *rationale* subjacente a este tipo de filosofia para a ciência e; por último, suas implicações em termos de métodos e formas de apreensão da realidade. Na última seção deste artigo, apresento evidências da possibilidade de cruzamento genético da pesquisa-ação com o realismo crítico, além de justificar como este pode contribuir para preencher as lacunas epistemológicas daquele e principais pontos pelos quais uma inflexão da PA via RC deveria passar, assim como algumas implicações dessa “atualização” paradigmática, fornecendo condições efetivas para a superação do atual estágio (reconhecidamente) pré-científico deste método.

**Palavras-chave:** pesquisa-ação; realismo crítico; epistemologia; organizações.

---

<sup>1</sup>[thiago.pimentel@ich.ufjf.br](mailto:thiago.pimentel@ich.ufjf.br)

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

## 1 Introdução

Este ensaio realiza uma reflexão acerca dos principais obstáculos (desafios) atuais que se apresentam ao desenvolvimento da pesquisa-ação, considerando para isso 3 questões-chave que lhe são subjacentes: (1) a possibilidade de integração teórico-prática como forma de produção de conhecimento científico; o que requer um debate sobre (2) o estatuto científico da pesquisa-ação, a fim de se estabelecer as possíveis bases a partir das quais se pode desenvolver, de modo cientificamente justificado e legítimo, este tipo de pesquisa; e, de forma complementar, (3) o problema da generalização, ou como realizar a transferência do conhecimento científico (particular), gerado a partir do contexto de desenvolvimento da pesquisa-ação para outros contextos (geral), estabelecendo assim uma possibilidade de replicação ou de recuperação de conhecimentos. E com isso sedimentação e avanço no corpo de conhecimentos sobre o assunto.

Enquanto o primeiro obstáculo foi tratado sob a rubrica da clivagem entre teoria e prática, entre a produção de conhecimento (como um reflexo descritivo) da realidade entre a intervenção na realidade tida como uma forma de ideologização contaminadora da ciência; o segundo problema foi tratado a partir dos cânones científicos do velho consenso ortodoxo<sup>2</sup> (pesquisa quantitativa *versus* *survey* e tratamento estatístico), onde tal método (PA) não cumpria (e dificilmente poderia fazê-lo, já que parte de outra perspectiva de fazer ciência) os requisitos necessários para a produção de conhecimento científico. Daí decorre, então o terceiro problema (e contraprova decisiva à tentativa de aspiração científica e legitimação pretendida pela PA): como verificar se esta forma alternativa de produção de conhecimento é legítima e válida se ela não é capaz de ser replicada?

Todas essas questões dominaram a literatura sobre PA, desde seu surgimento até os dias atuais, sem, contudo, encontrar uma solução à contento provavelmente devido ao fato de que as críticas ao positivismo em defesa deste método se reduziam a críticas externas àquele paradigma, nunca este tendo sido derrotado em seu próprio solo (VANDENBERGHE, 2014). Uma vez esta condição tendo sido satisfeita pelo realismo crítico, um passo “natural” seria a reconsideração dos argumentos e proposições elencadas pela PA situadas e recontextualizadas a partir das premissas do realismo crítico. Desse hibridismo teórico genético uma possível solução seria o reestabelecimento da discussão da PA enquanto método científico, mas dessa vez, de forma mais bem fundamentada, a partir de uma aproximação maior à orientação realista, naturalista crítica, e ao mesmo tempo de um distanciamento do positivismo avalizado em uma capacidade de crítica interna e externa a esta abordagem.

Destarte, o argumento desenvolvido aqui é o de que a PA, por meio de sua concepção de pesquisa e intervenção representa um primeiro passo rumo a uma alternativa original em relação ao paradigma positivista para o processo de pesquisa, porém, ainda é suscetível aos vieses do relativismo “total” das abordagens antirrealistas e, portanto, frágil para sustentar uma sólida e perene elaboração científica. Nesse sentido, seu resgate e atualização, a partir de uma filosofia para a ciência realista crítica poderia suprir as

---

<sup>2</sup> Este é cronologicamente anterior e essencialmente de orientação contrária ao novo consenso ortodoxo (pesquisa qualitativa, estudo de caso e análise de conteúdo), em métodos científicos, emergido no contexto da crítica ao paradigma positivista e ascensão de abordagens alternativas, tais como pós-modernismo, pós-estruturalismo e teoria crítica.

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

deficiências epistêmicas originais daquela abordagem, conferindo-lhe maior rigor e cientificidade, dentro de um novo contexto de explicação científica.

Para isso, especificamente buscou-se neste estudo resgatar a historicidade da pesquisa-ação, bem como uma tentativa de situá-la epistemologicamente dentre diferentes tradições filosóficas, evidenciando algumas implicações de utilização deste método – a partir das tradições em que ele se vincula – e, sobretudo; mostrando a potencialidade de sua utilização no que tange à problemática da especificidade do conhecimento científico relativo aos fenômenos sociais e organizacionais (CHECKLAND; HOLWELL, 1998): ou seja, produção do conhecimento concomitantemente a uma situação de mudança em que os diferentes elementos produtores deste conhecimento estão inseridos (OQUIST, 1978; CHECKLAND; HOLWELL, 1998; KESBY, 2000; GUSTAVSEN, 2008).

Este trabalho parte de duas premissas. A primeira consiste em assumir a existência de *zonas de sentido* (REY, 2005) ou de *consenso* (DUPAS, 2003) nesse tipo de procedimento de pesquisa-ação, assim como em qualquer intervenção na estrutura e na dinâmica de grupos sociais, pois, de acordo com Dupas (2003), ações sociais seriam executadas e legitimadas *por meio do e com base no consenso* (ou, pelo menos, num relativo grau de consenso entre os membros). Com base nesse preceito a pesquisa-ação tem sido comumente considerada como uma estratégia de pesquisa democrática e participativa (BRYDON-MILLER *et al.*, 2003; BRADBURY; REASON, 2006; BURGESS, 2006) embora haja interpretações diferentes a respeito dos graus de participação e democracia existente entre os atores implicados no processo de pesquisa-ação (COOKE, 2006; DEHLER, 2006; WELSH; DEHLER, 2007).

A segunda premissa subjacente a este trabalho refere-se à legitimidade dos critérios de validade científica para além do *main stream*, ou seja, fora da perspectiva das ciências naturais e dentro da perspectiva das ciências humanas, considerada a partir da especificidade da relação sujeito-objeto; da própria ontologia da realidade social e de sua epistemologia própria, que não invalida à das ciências naturais, mas apenas reposiciona o debate acerca dos critérios de validade científica para a especificidade dos fenômenos sociais. Embora esta tese tenha sido advogada com bastante veemência pelas correntes irrealistas da filosofia da ciência, nossa defesa, no entanto, a situa dentro da perspectiva realista, mas não com base no realismo empírico ou ingênuo (BHASKAR, ???) mas em uma perspectiva realista crítica, que considera a realidade a partir de estruturas reais transfactuais, podendo no entanto serem diferenciadas em razão do tipo de objeto (material, ideal, social ou artefactualmente) real (FLEETWOOD, ???).

Assim, partindo da problemática de que a pesquisa-ação é uma forma de produção de conhecimento específica dos fenômenos sociais por reconhecer e lidar com a ‘não homogeneidade através do tempo’ destes fenômenos (CHECKLAND; HOLWELL, 1998), durante décadas este tipo de pesquisa tem sido deixado de lado pelo *main stream* da filosofia ciência, por não se enquadrar nos moldes de produção de conhecimento estabelecido pelas ciências naturais. Duas principais críticas são feitas à pesquisa-ação: (1) que ela não seria uma estratégia científica de produção do conhecimento, uma vez que, ao misturar valores e fatos/teoria e prática, não possuiria o distanciamento ou a objetividade necessária para compreender e explicar cientificamente um dado fenômeno social; (2) por esse mesmo motivo não seria capaz de gerar leis científicas a respeito dos fenômenos estudados, que pudessem ser generalizadas para outros contextos (OQUIST, 1978;

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

CHECKLAND; HOLWELL, 1998; KESBY, 2000; GUSTAVSEN, 2003; ARND-CADDIGAN; POZZUTO, 2005; MÄNTYSAARI, 2005; CASSELL; JOHNSON, 2006; DICK, 2006; McKERNAN, 2006; GUSTAVSEN, 2008; DICK; STRINGER; HUXHAM, 2009; FRIEDMAN; ROGERS, 2009; GENAT, 2009).

Além disso, no âmbito das ciências sociais, seu uso tem sido restrito a poucos pesquisadores orientados por tradições filosóficas distintas (OQUIST, 1978; CHECKLAND; HOLWELL, 1998; CASSELL; JOHNSON, 2006; GUSTAVSEN, 2008), sendo aplicado tanto por pesquisadores de viés mais pragmático, como Gustavsen (2003), Dick; Stringer e Huxham (2009), Friedman e Rogers (2009), entre outros, onde a ênfase está no viés instrumental para solução de problemas; quanto por aqueles de viés crítico, como Kesby (2000), Arnd-Caddigan e Pozzuto (2005), Mäntysaari (2005), Cassell e Johnson (2006); Mckernan (2006), Welsh e Dehler (2007), Drummond e Themessl-Huber (2007), entre outros, associados a uma vertente mais política com base em defesa de práticas sociais emancipadoras. Vale ressaltar que enquanto estes últimos tendem a se concentrar em áreas diversas, indo da geografia humana ao serviço social; os pesquisadores de viés mais pragmático tendem a estar associados aos estudos organizacionais e aos problemas inerentes a temática organizacional, sobretudo ligados à sociologia de pequenos grupos e empiricamente a temas como recursos humanos, mudança e desenvolvimento organizacional, como se pode observar nos clássicos estudos de Lewin (1947) e do Tavistock Institute.

Este uso do método por programas de pesquisa radicalmente diferentes corrobora para o estabelecimento da controvérsia, já que nenhuma destas abordagens consegue impor sua diferenciação e especificidade próprias daquela tradição, e por oposição invalidadas na outra. Assim, o fato de ser utilizado de forma simultânea e indistinta por pesquisadores pertencentes a paradigmas diferentes ainda reduz a credibilidade de tal abordagem. Segundo Cassell e Johnson (2006), uma vez que a pesquisa-ação tem sido muito usada para descrever e justificar as atividades organizacionais diversas, o seu emprego não pode ser visto como fruto da casualidade, mas da diversidade de fundações epistemológicas a partir das quais partem os pesquisadores. Essa variedade de domínios de origem dos estudos de pesquisa-ação parece não unificar as teorias, mas, ao contrario, gerar mais fragmentação do campo com sua apropriação pelos pesquisadores em diferentes conotações (CASSELL; JOHNSON, 2006). Essa disputa entre diferentes tradições filosóficas que reclamam a legitimidade em termos da fundação das bases da 'verdadeira' pesquisa-ação vem deixando-a mais suscetível às críticas de abordagens concorrentes e, principalmente, do *main stream*, dificultando a sua assimilação e aplicação (CASSELL; JOHNSON, 2006).

Outro problema, em parte derivado da falta de sedimentação e credibilidade científica desta estratégia de pesquisa, o que implica no seu baixo uso pelos acadêmicos de diversas áreas, inclusive da administração, reside no seu baixo grau de sedimentação. Muito pouco sobre construção de teoria vem da experiência com pesquisa-ação (DICK; 2006), o que reflete um ceticismo sobre teoria e teorização baseada na pesquisa-ação. Essa questão, por sua vez, parece decorrer, significativamente, em parte da baixa capacidade de sistematização e generalização de experiências advindas da pesquisa-ação.

Com base nestas questões, o principal argumento defendido neste texto é o de que ao se realizar uma reflexão teórica acerca dos principais obstáculos (desafios) atuais que se

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

apresentam ao desenvolvimento da pesquisa-ação, estaríamos sistematizando os principais achados de um conjunto de estudos recentes sobre pesquisa-ação e trazendo-os a discussão junto à academia brasileira, convidando os pesquisadores a refletirem sobre o tema e a incorporá-lo em suas investigações. Ademais, o resgate das bases históricas e contextuais do surgimento da pesquisa-ação, bem como as principais concepções epistemológicas que suportam os critérios de validade científica desta estratégia metodológica, contribui para o estabelecimento de parâmetros a respeito das formas que a pesquisa-ação pode assumir e, por oposição, do que não pode ser considerado pesquisa-ação.

A delimitação de fronteiras mais claras e precisas entre a pesquisa-ação e outras estratégias de pesquisa contribuiria para melhor sedimentação e consolidação deste método particular de estudo dos fenômenos sociais (CASSELL; JOHNSON, 2006), levando assim, a um incremento na sua utilização e possivelmente a angariação de contribuições mais robustas no que tange à produção de conhecimento científico pari passo ao processo de intervenção na e mudança da realidade social (DICK, 2006; FRIEDMAN; ROGERS, 2009).

Tal movimento é fundamental para a consolidação de qualquer campo (BOURDIEU, 1989; 2003; ROSA, 2007; DOBBIN; 2008), inclusive o científico, onde os critérios de validade e legitimidade do que é (ou não é) científico têm sido tradicionalmente baseados na perspectiva dominante de origem nas ciências naturais, ou seja, com a clara distinção entre objeto observado e sujeito observador, o que permite o estabelecimento de critérios específicos de validade científica, como: a universalidade, a *replicabilidade*, a publicidade, a homogeneidade ao longo do tempo, etc. (CHECKLAND; HOLWELL, 1998). Por não se aplicar plenamente ao domínio dos fenômenos sociais, a necessidade de compreensão e explicação da especificidade desses fenômenos requer um deslocamento dos critérios de validade científica para outro domínio, onde seja possível contemplar as especificidades dos objetos analisados (sociedades) à luz do conhecimento científico.

Em síntese, a relevância deste estudo consiste no fato de propiciar uma aproximação propedêutica, à luz de um novo paradigma – o do realismo crítico –, que pode fornecer uma fundamentação mais robusta, sistemática e plausível acerca da PA – baseada na produção do conhecimento científico como identificação de tendências em sistemas abertos, ao invés da concepção tradicional de leis em sistemas fechados – o que cria um ambiente em que boa parte das críticas atribuídas a essa perspectiva perdem seu valor e outras merecem ser revistas. Além disso, pretende contribuir para releitura inédita da PA a partir do realismo crítico no contexto brasileiro; primeira aproximação em relação a uma compreensão mais sistemática acerca da pesquisa-ação, suas possibilidades de aplicação e implicações, sobretudo, para o contexto brasileiro de pesquisa dos estudos organizacionais, onde tal estratégia de investigação acadêmica permanece ainda virtualmente subexplorada e limitada a produção de casos isolados, situados em tradições filosóficas, às vezes, incompatíveis com a sustentação deste tipo de estratégia de conhecimento dos fenômenos sociais<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Este fato pode ser constatado a partir de uma rápida consulta (pesquisa assistemática) nos anais do EnANPAD, disponíveis em seu site ([http://www.anpad.org.br/~anpad/pesquisa\\_resultado.php?pesq\\_txt=&pg=1](http://www.anpad.org.br/~anpad/pesquisa_resultado.php?pesq_txt=&pg=1)), através da busca pelo termo *pesquisa-ação*, onde é possível identificar apenas 15 artigos, dispostos em diferentes eventos e edições promovidos pela ANPAD: EnANPAD 2016 (Código: GPR785), EnEPQ 2015 (Código: EnEPQ192), EnANPAD 2015 (Código: ADI1789), EnANPAD 2015 (Código:

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

O presente trabalho foi estruturado em cinco partes. A primeira corresponde a esta introdução, que fornece um panorama sobre o artigo, sua natureza e objetivos. Na segunda seção apresenta-se uma contextualização da especificidade dos problemas das ciências sociais, enfatizando a relação sujeito-objeto e a possibilidade de integração teórico-prática. Na terceira seção, foi realizado um resgate histórico das origens, do desenvolvimento e dos principais obstáculos enfrentados pela pesquisa-ação ao longo das últimas décadas. Em seguida, na quarta parte, realizou-se uma discussão sobre a natureza do conhecimento subjacente ao método de pesquisa-ação, focalizando o debate entre pragmatismo e o materialismo dialético (*diamat*) e as abordagens epistemológicas contemporâneas do construcionismo e do realismo crítico. Por fim, na quinta e última seção, são formuladas algumas questões a respeito das implicações da pesquisa-ação sobre a mudança social, geração de conhecimento durante o processo, a formação de interesses, zonas de consenso e identidades sociais, bem como as formas de controle e resistência, elementos necessários a inserção, participação democrática e emancipação dos sujeitos implicados no processo.

## 2. O *Status* de Cientificidade na Produção do Conhecimento: a especificidade dos fenômenos sociais

O mito fundacional do conhecimento científico baseado na racionalidade, objetividade e universalidade predomina nas ciências naturais e humanas até os dias de hoje. Desenvolvido como uma extensão do pensamento filosófico abstrato para considerar a materialidade do mundo e da realidade concreta, o conhecimento científico esteve inicialmente baseado na observação da natureza, para sua compreensão, explicação e controle (NAGEL, 1972).

Para Kerlinger (1980) a ciência, apoiada em evidências empíricas, teria o papel de superar as explicações metafísicas, absolutistas e mitológicas sobre o mundo, ou pelo menos de legitimar e suplementar estas explicações. A ciência teria uma preocupação exclusiva com o conhecimento e a compreensão dos *fenômenos naturais* (o que pressupõe a desconsideração dos fenômenos sociais, devido a sua alta variabilidade, ou sua redução ao entendimento como naturais), buscando sempre uma forma mais segura e precisa de entender e dominar a natureza, inscrita numa lógica de causalidade unidirecional: *se fizermos isto, acontecerá aquilo*.

Um axioma fundamental dessa forma de pensar o empreendimento científico consiste na objetividade, tida como a capacidade de se afastar de uma determinada ideia, de tal modo como se ela estivesse fora do pesquisador, separada de seus juízos de valor. Ela seria representada por um “[...] acordo de juízes ‘especialistas’

---

APB528), EnEO 2014 (Código: EnEO182), EnEPQ 2013 (Código: EnEPQ182), EnEPQ 2013 (Código: EnEPQ34), EnANPAD 2013 (Código: GOL1423), EnANPAD 2013 (Código: EOR768), EnEPQ 2011 (Código: EnEPQ407), EnANPAD 2011 (Código: EPQ2213), EnEO 2010 (Código: EnEO106), Simpósio 2008 (Código: Simpósio185), EnANPAD 2006, (Código: ADI3137), EnANPAD 2002 (Código: EPA1213). Eventos consultados: EnANPAD, de 1997 a 2016; EMA, de 2004 a 2016, 3E's de 2003 a 2015; EnEO de 2000 a 2016; Simpósio de 2006 a 2016; EnAPG de 1997 a 2016; EnGPR de 2007 a 2015; EnADI de 2007 a 2015; e EnEPQ de 2007 a 2015. Consulta realizada em 12 de fevereiro de julho de 2017.

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

relativo ao que é observado, ou o que deve ser ou o que foi feito em pesquisa” (KERLINGER, 1980, p. 10). Esse procedimento teria o papel de conduzir qualquer pessoa com alguma competência a concordar/encontrar os mesmos resultados de pesquisa, ou seja, eliminando-se os fatores pessoais e subjetivos de cada indivíduo teria-se a objetividade.

Contudo, essa proposição implica uma série de processos pelos quais os pesquisadores devem passar, dentre as quais se destacam: a replicação dos resultados; o uso de testes e medidas para se ter maior precisão e objetividade sobre os fatos; gerando assim, uma sequência: procedimentos objetivados levam à replicação e por sua vez são validados. Outra implicação deste tipo de pensamento é o fato de se tomar um tipo de pesquisa (a das ciências naturais) como ideal e perfeita, podendo ser objetivada e mensurada, ao passo que a pesquisa social seria sempre “inferior” àquela, no sentido de não conseguir alcançar tamanho grau de objetividade e precisão. Entretanto, as bases e os métodos do pensamento científico seriam os mesmos em ambas as situações, diferindo-se apenas com relação à teoria e aos resultados (KERLINGER, 1980).

Para Kerlinger (1980), do mesmo modo em que se apoia na objetividade, a ciência também se utiliza de seu caráter empírico para se ter evidências daquilo que se está observando. A preocupação com as evidências factuais seria, então, uma forma de dar suporte à argumentação “científica” desenvolvida sobre esses fatos. Nesse sentido, o caráter empírico da ciência (ou a evidência factual) viria legitimar o axioma: experiência empírica e observação levam a ( $\rightarrow$ ) teoria e explicação. Além disso, as evidências seriam o centro do processo científico, pois sem elas as conclusões não poderiam ser validadas (ou seja, não teriam valor). Como exemplo de não-ciências o autor cita a filosofia, a história e o pensamento político, cujas teorias não se embasam em *fatos* ou podem se embasar em muitos deles, não obedecendo, portanto, a regra (causal) “se – então”.

Assim, considerando-se a objetividade e o caráter empírico da ciência, tem-se os dois pilares que fornecem a base para a construção do objetivo maior da ciência que seria o de formular uma teoria ou explicação sistemática e segura (comprovável) acerca do mundo. Porém, na tentativa de reproduzir o modelo de conhecimento científico das ciências naturais, as ciências culturais incorporaram uma série de regras, premissas e instrumentos, que com o passar do tempo se mostraram total ou parcialmente inadequados para a exploração dos fenômenos culturais. Dentre os principais obstáculos surgidos podem citar-se: a) a não separação física e objetiva entre sujeito cognoscente e objeto conhecido; b) a distinção requerida no modo de observação dos fenômenos sociais, e; c) a geração do conhecimento científico durante o processo de mudança das situações sociais.

Um ponto de inflexão neste tipo de concepção científica foi elaborado por Weber (1992[1904]) ao tentar destacar a tênue linha que separa a ciência da crença, a partir do esforço de conhecimento científico dos fenômenos socioeconômicos. Para ele, a validade objetiva de todo saber empírico baseia-se na ordenação da realidade segundo categorias não subjetivas, que representam o pressuposto do nosso conhecimento e associam a verdade que só o conhecimento empírico pode proporcionar. Assim, “não existe nenhuma análise científica totalmente ‘objetivada’ da vida cultural ou [...] dos ‘fenômenos sociais’, que seja independente de determinadas perspectivas especiais e parciais [...]” (WEBER, 1992[1904], p. 124).

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

A ciência social que ele defendia era a ciência da realidade. Porém, a visão weberiana visava entender o que a realidade tem de específica: de um lado, as conexões e significação cultural das manifestações sociais; e de outro as causas pelas quais ela se desenvolveu historicamente de uma forma e não de outra. Assim, nas ciências sociais o que interessa é o aspecto qualitativo dos fatos sociais, pois estas ciências se ocupam da intervenção de fenômenos espirituais (imateriais ou simbólicos), cuja “compreensão” por “reatualização” constitui uma tarefa especificamente diferente da que poderiam resolver as fórmulas do conhecimento exato da natureza (WEBER, 1992[1904]).

Assim, Weber (1992[1904]) postula a peculiaridade decisiva das ciências da cultura, considerando o conceito de cultura como um conceito de valor. Para o autor, a realidade empírica é ‘cultura’ em virtude de sua relação, mais ou menos densa, com ideias de valor. A significação de um fenômeno cultural ou suas causas não poderiam ser deduzidas de qualquer sistema de conceitos de leis e nem explicados por ele, sendo a comprovação dessa significação que constitui a premissa para que algo se converta em objeto de análise.

O número e a natureza das causas que determinam qualquer acontecimento individual são sempre infinitos e não existe nas próprias coisas critério algum que permita escolher dentre elas uma fração que possa entrar isoladamente em consideração. A tentativa de um conhecimento da realidade ‘livre de pressupostos’ só conseguiria produzir um caos de ‘juízos existenciais’ acerca de inúmeras concepções ou percepções particulares. (WEBER, 1992[1904], p. 129).

Não se trata de saber a que fórmula se deve subordinar o fenômeno, mas sim a que constelação deve ser imputado como resultado. Onde quer que se trate de explicação causal de um fenômeno cultural, o conhecimento das leis da causalidade não poderá constituir o fim, mas apenas o meio da investigação. Nas ciências econômicas (e das organizações) não se trata de conexões regulares no sentido das ciências da natureza, **mas de conexões causais adequadas**, expressas em regras e, portanto, de uma aplicação da categoria de “possibilidade objetiva”.

Carece de razão de ser um estudo ‘objetivo’ dos acontecimentos culturais, no sentido de que o fim ideal do trabalho científico deverá consistir numa redução da realidade empírica a certas leis, não porque [...] os acontecimentos culturais ou, se quiser, os fenômenos espirituais, evoluam ‘objetivamente’ de modo menos sujeito a leis, mas: a) porque o conhecimento de leis sociais não é um conhecimento do socialmente real, mas unicamente um dos diversos meios auxiliares de que nosso pensamento se serve para esse efeito; e b) porque nenhum dos acontecimentos culturais poderá ser concebido senão com base na significação que a realidade da vida, sempre configurada de modo individual, possui para nós em determinadas relações singulares. (WEBER, 1992[1904], p. 130).

Todo conhecimento da realidade cultural é sempre um conhecimento subordinado a pontos de vista especificamente particulares/subjetivos. Por isso, propõe-se a premissa

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

elementar de que o pesquisador deve saber referir os elementos da realidade a “valores culturais” universais e destacar as conexões que se revestem de significado. A relação de causalidade entre a ideia historicamente comprovável que domina os homens e os elementos da realidade histórica dos quais se pode fazer a abstração do tipo ideal correspondente pode adotar formas extremamente variáveis. Apenas mediante fórmulas conceituais típico-ideais é que se chega a compreender realmente a natureza particular dos pontos de vista que interessam no caso particular, graças a um confronto entre o empírico e o tipo ideal. A “objetividade” do conhecimento no campo das ciências sociais depende antes do fato de o empiricamente dado estar constantemente orientado por ideias de valor, que são as únicas a conferir-lhe valor de conhecimento (WEBER, 1992[1904]).

Como consequência das postulações de Weber a noção de objetividade, bem como a de causalidade necessária e intrínseca à ciência e às explicações racionais (REALE; ANTISERI, 2006), houve o reconhecimento da incongruência entre os métodos e as premissas das ciências naturais – tidos como o modelo de ciência – a partir dos quais se fazia a transposição para o estudo dos fenômenos humanos. Esse reconhecimento aliado a proposição de formas alternativas de investigação, sobretudo qualitativas inspiradas na fenomenologia estrutural (MUCCHIELLI, 1983) e na antropologia (GEERTZ, ) serviriam de bases para a colocação da ciência dos fenômenos sociais em outro patamar. Surgia, porém, um novo obstáculo: como assegurar que os valores não ‘contaminem’ os fatos? Seria possível generalizar achados relativos às experiências sociais de grupos em contextos específicos?

O que estas passagens evidenciam é o reconhecimento das especificidades das ciências sociais. Mas, ainda preso a uma visão paradigmática monoplanar tal reconhecimento levou a um processo (lógico até então) de deslocamento dos critérios científicos do polo realista da visão sobre a ciência para o extremo oposto deste pêndulo, i.e., uma visão essencialmente antirrealista e relativista da realidade. Todavia, como posições opostas de um *mesmo continuum* tal processo impedia a existência de cada um desses paradigmas – de forma legítima e científica – simultaneamente sem que um deles viesse a incorporar o outro. Tal problema é resolvido, no entanto, quando se salta de uma visão monoplanar para uma visão ontológica estratificada, isto é, onde a realidade é concebida em vários níveis, segundo os tipos de objeto, suas estruturais causais e tendências.

Atualmente as ciências sociais, de uma forma ampla, têm sido condicionadas cada vez mais a explicitarem sua relevância prática para a sociedade através de benefícios materiais ou simbólicos advindos de sua adaptação e implementação na prática. O atual estágio de desenvolvimento técnico científico (SANTOS, 1998) tem evidenciado cada vez mais busca pela integração e buscado formas de gerar conhecimento que estejam relacionadas com a prática (CASTELLS, 2003). A visão da ciência como algo distinto e especial, longe da realidade prática, tem sido cada vez mais desafiada e deixada de lado. Diversos movimentos nas ciências em geral, e nas ciências sociais em particular, têm evidenciado a busca por uma nova forma de fazer ciência, mais ampla, completa e complexa, que vise integrar e/ou superar as tradicionais formas de pensamento que emperram a superação de obstáculos como as díades teoria-prática, agência-estrutura; micro-macro; etc. (ASTLEY; VAN DE VEN, 2005[1984]; HELLER, 2001) em direção a integração de tradições de pesquisa que por partirem de pressupostos diferentes tendem a

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

fragmentar o campo científico. Esses movimentos têm se dado em diversas áreas: na psicologia social com o construcionismo social de Gergen (2003), na área ambiental com o paradigma ambiental de Leff (2001), nas ciências sociais com a teoria da complexidade de Morin (2001), o realismo crítico de Bhaskar (1978); com diversos enfoques, mas todos, de uma forma geral tentam abranger outras áreas na busca de uma integração entre as ciências.

### 3. O Realismo Crítico e a Proposta de Superação do Debate via Estratificação Ontológica da Realidade

A despeito da pluralidade de ideias, conceitos e teses propostas e desenvolvidas no âmbito que se convencionou a chamar de realismo transcendental, partindo da escola *bhaskariana*, muitos desdobramentos ocorreram e, devido à impossibilidade de se esgotar todo o assunto neste único ensaio, é que recorreremos à estratégia de apresentar, de forma resumida, as principais categorias que devem ser observadas dentro da perspectiva realista transcendental<sup>4</sup>.

Em geral, o RC trabalha com duas teses centrais: a reivindicação da ontologia e sua irreduzibilidade à epistemologia; e a estratificação desta ontologia, a partir de mecanismos generativos ativos, dos eventos observáveis e dos fatos observáveis, que podem se manifestar ou não (VANDENBERGHE, 2007; 2014).

A ontologia refere-se ao domínio da realidade propriamente dita, na acepção de realidade ou do objeto em si, sendo este possuidor de propriedades e características intrínsecas que orientariam o processo de investigação, delineando até que ponto e de que maneira ele poderia ser feito. O RC adota como posição a ontologia realista, em que a realidade é vista como algo ou entidade que existe 'lá fora', isto é, de modo exterior e independente do ser humano ou do conhecimento que ele possa ter ou vir a ter da realidade. Segundo Bhaskar (1989) este domínio ontológico – ou dimensão intransitiva, já que ele é/existe por si só, independente de complemento – é constituído de diferentes estratos ou níveis, aos quais se pode (ou não) ter acesso e gerar conhecimento: o empírico, que é o mais superficial estrato da realidade e constitui-se das manifestações empíricas de um dado fenômeno, e que, portanto, podem ser observadas; o estrato efetivo, que seria um segundo estrato da realidade, não necessariamente observado, referente aos eventos ou a ocorrência de sucessivas transformações na realidade; e o estrato do real, terceiro e mais profundo nível da realidade, que remeteria às propriedades internas e intrínsecas de cada entidade (coisa em si) e que seria responsável por desencadear a atuação das manifestações de um fenômeno, nos demais níveis, já que aqui neste nível é que residiram,

---

<sup>4</sup> Fazendo coro a proposta de Jessop (2005), optou-se aqui por sistematizar o núcleo duro do movimento, em sua 'versão tradicional', a fim de se evitar disparidades ou desvios introduzidos por abordagens específicas. Portanto, nos ateremos aqui às principais ideias da 1ª fase do RC em virtude do relativo consenso existente dentro do movimento sobre tais teses.

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

de forma imanente – os poderes causais das entidades<sup>5</sup>, sendo ativados mediante a sua exposição a determinadas circunstâncias (JESSOP, 2005; VANDENGERGHE, 2007).

Um segundo elemento central dentro do RC é a dimensão transitiva do conhecimento – ou epistemológica – que ao invés de orientar o processo de descoberta científica, passa a ser orientada pela dimensão intransitiva ou ontológica. Para Bhaskar (1989) uma das características mais significativas das ciências sociais é que o fenômeno social ocorre somente em sistemas abertos, enquanto que na esfera natural há a possibilidade de fechamento artificial desses sistemas, como observado na física ou na química, e de fechamento parcial, gerando sistemas quase-fechados na biologia, mas com alto grau de controle das variáveis. Daí segue-se que situações decisivas de teste são impossíveis. Então, o critério de escolha de uma teoria ou desenvolvimento teórico deve ser exclusivamente explicativo e não preditivo<sup>6</sup>.

Jessop (2005) coloca que o conhecimento – domínio transitivo – é feito através de um processo contínuo de confrontação entre hipóteses<sup>7</sup> teóricas reprodutivas sobre os objetos intransitivos e demonstrações evidentes (ou evidenciáveis), geradas através da investigação transitiva. Estas demonstrações são mediadas pelo resultado da investigação

---

<sup>5</sup> Fleetwood (2005, p. 199 – grifos no original) ainda acrescenta que uma “entidade é tida como sendo real se ela tiver uma eficácia causal, um efeito sobre o comportamento, fizer alguma diferença”. A confusão que geralmente é feita baseia-se na aceção tomada literalmente e acriticamente de uma (errônea) equivalência entre o ‘real’ e a ‘existência material’ ou física de uma entidade; e, por oposição, a equivalência (também errônea) entre o ‘não-real’ como sendo entidades ‘não-materiais’ ou sem existência física. Além disso, há que se considerar, segundo o mesmo autor, que as entidades reais podem sobrepor dois modos distintos ou mesmo passar de um modo a outro, já que tipicamente elas estão sempre em evolução e mudança.

Contrariamente a essa visão superficial e acrítica, os realistas críticos apontam que muitas coisas são reais, mas de diferentes modos, sendo possível identificar pelo menos quatro formas de realidade: (1) a material, que se refere a entidades materiais como a água ou a terra, que existem independente do que os indivíduos ou comunidades façam, digam ou pensem; (2) a ideal, que se refere a entidades conceituais tais como discurso, gênero, símbolos, etc. que podem ser entendidas como entidades discursivas, e que têm eficácia causal e que podem ter (ou não) um referente que pode ser idealmente real (ou não); (3) a artefactual, referindo-se a entidades – tais como cosméticos ou computadores – que são uma síntese de entidades física-ideal-socialmente reais; e (4) a social, que se refere a práticas, estados de coisas, estruturas sociais que constituem organizações humanas (FLEETWOOD, 2005).

<sup>6</sup> Como consequência haveria duas posições extremas do fato de se ter sistemas abertos: uma seria a possibilidade de se negar qualquer controle a *posteriori* numa teoria independente de sua aplicação prática, o que ressaltaria o caráter de impossibilidade de teste preditivo. A outra seria a observação do uso de uma bateria de técnicas estatísticas como moderadamente adequada para se tentar substituir o fechamento experimental, o que negligenciaria os limites qualitativos da medição e a probabilidade de variação dos sistemas abertos. Porém, é necessário esclarecer que isso não implica desprezar as previsões condicionais na ciência social. Além disso, uma teoria explicativa poderosa seria capaz de situar possibilidades mesmo antes de elas serem manifestadas, conferindo assim uma função prognosticativa no domínio social à teoria.

<sup>7</sup> O problema, então, de como resolver qualquer inconsistência entre hipóteses e evidência seria determinado dentro do paradigma prevalecente (hegemônico), com suas regras da ciência. Mas, para estas regras serem aceitas como científicas, elas devem prover uma base para julgamento racional entre diferentes reivindicações. Estas regras pertencem ao aspecto transitivo da ciência e por isso estão sujeitas a revisão e desenvolvimento. Assim, o relativismo epistemológico aqui empregado pelo realismo não se confunde ou compartilha do relativismo julgamental (i.e., a visão de que qualquer julgamento pode ser tão bom quanto qualquer outro). Afirmções competitivas sobre o mundo intransitivo são frequentemente (mas nem sempre) possíveis de serem feitas (JESSOP, 2005).

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

científica e nunca refletem diretamente o domínio real ou o fenômeno atual (domínio efetivo).

Assim, chega-se a um terceiro elemento central do RC: o processo de racionalização científica (*rationale*). No RC, a busca pela racionalização e explicação científica percorre um caminho diferente do paradigma convencional. Com questões como: de que modo o mundo/realidade tem que ser para que seja passível de conhecimento por nós?; e “que propriedades possuem as sociedades que podem torná-las possíveis objetos de conhecimento para nós?” (BHASKAR, 1998, p. 1), Bhaskar (1998) inverte a tradicional lógica de questionamento, passando da ênfase na agência (como eu conheço o mundo?), para a ênfase no objeto ou coisa em si (como ele é ou deve ser para que possa ser conhecido?) e com isso mudou o sentido e a orientação do raciocínio filosófico e científico – no realismo transcendental – gerando o que ele chama de retroducção (*retroduction*)<sup>8</sup>.

Segundo Jessop (2005) metodologicamente o RC aponta para a necessidade de se descobrir quais são as condições necessárias e suficientes para um dado *explanandum*. De acordo com Bhaskar (1998, p. 20-22), as “[...] simples generalizações empíricas somente são aceitáveis na ausência de conhecimento sobre os poderes causais ou mecanismos e outras condições que formam a melhor base para a retroducção descobrir os mecanismos e obter as condições que os geram”.

Embora reconhecendo a necessidade de procedimentos metodológicos eventualmente distintos entre as ciências sociais e naturais, o RC não especifica que técnicas podem ou devem ser utilizadas e quais não podem ou não devem, deixando a questão aberta à própria verificação transfactual na realidade. Bhaskar (1998, p. 129, itálicos no original, tradução livre) gera um modelo de explicação científica em sistemas abertos, composto por 4 fases:

- (1) *Resolução* de um evento complexo em seus componentes (análise causal).
- (2) *Redescrição* das causas componentes.
- (3) *Retroduction* a possíveis causas (antecedentes) de componentes via afirmações nômicas validadas de modo independente.
- (4) *Eliminação* de causas alternativas possíveis dos componentes.

---

<sup>8</sup> A retroducção é um tipo de raciocínio lógico-filosófico (passível de ser transposto para campo científico) que embasa o pensamento dentro deste paradigma. Ela formula um questionamento que visa reconstituir a trajetória de formação de uma entidade a partir de seu estágio atual, em direção ao passado. Por exemplo: *Como teria que ser X para que se tornem objetos de conhecimento para nós? Que propriedades teriam o objeto X para que ele se tornasse objeto de conhecimento para nós (fosse possível ser conhecido)?* Este tipo de operação “[...] envolve um questionamento do que o mundo real deve ser para que um *explanandum* específico seja atualizado e, como tal, difere da indução empírica e da dedução lógica” (JESSOP, 2005, p. 43 – itálicos no original, tradução livre).

Tal procedimento é de caráter geral – assim como a indução ou dedução, embora difira destes pelo fato de que envolve um questionamento sobre como o mundo real deve ser para que um *explanandum* seja realizado – e, portanto, não requer uma técnica específica para sua aplicação. Ao contrário, pode recorrer à “[...] experimentação, medição, observação, etc. sendo estes procedimentos sempre contingentes, falíveis e, talvez, corrigíveis” (idem). Por esta razão o RC abraça o relativismo epistemológico.

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

Este modelo, denominado de modelo RRRE de explicação em sistemas abertos, testemunha a multiplicidade e pluralidade de causas nos passos 1 e 4, respectivamente. Além disso, nas fases 2 e 3 é sublinhado o papel chave desempenhado pelas atividades científicas de redescrição e aplicação transfactual do conhecimento – sendo ambas estritamente incompatíveis com o relato humeniano (BHASKAR, 1998).

O objetivo deste trabalho foi rever o método de PA à luz do realismo crítico. A seu respeito dois aspectos merecem ser destacados: 1) o fato de que a PA está preocupada com a geração de conhecimento; 2) diz respeito à PA enquanto tecnologia social de intervenção na realidade, cujos conhecimentos gerados pela pesquisa serão a base de suporte para as intervenções no sistema social. Nesse contexto a PA encontra um fértil campo de aplicação tornando-se importante por várias razões<sup>9</sup>.

Devido ao fato que as bases teóricas e epistemológicas da PA propõem um método alternativo de pesquisa, que seja comprometido com a geração de conhecimento e ao mesmo tempo com a aplicação desse conhecimento no sistema social, a fim de que o mesmo se traduza em melhorias para todos os atores sociais envolvidos naquele processo, há uma convergência crucial em relação ao RC, que também visa a produção de conhecimento para a transformação dos sistemas sociais.

Todavia, por estar presa aos cânones do modelo humeniano e positivista de relações causais para a produção e validação do conhecimento científico, a PA não consegue assumir uma autonomia crítica e legítima por se valer das mesmas formas, elementos e justificativas para a produção de conhecimento e sua intervenção. Então, uma alternativa seria buscar fundamentação em outras bases epistemológicas, que rompam com aquele modelo e sua forma de produção de conhecimento, para que ela possa florescer, ser justificada, e afirmar-se legitimamente.

O RC oferece essa possibilidade na medida em que opera com uma lógica transfactual de identificação das estruturas e poderes causais das entidades, bem como dos mecanismos e circunstâncias contextuais que operam somente como tendências em um sistema aberto (onde não necessariamente há uma conjunção constante de eventos para geração de leis científicas. De fato, esta situação parece ser apenas um caso limite dentro de uma lógica transfactual em sistemas abertos).

Uma implicação direta para as ciências sociais é que “[...] *enquanto os poderes causais básicos e leis do mundo natural tem sido constante desde a formação do universo, o mundo social exibe poucas constantes e correspondentemente maior variação em*

---

<sup>9</sup> Primeiro, porque enquanto procedimento de pesquisa, a pesquisa-ação conduz a geração de um conhecimento antes inexistente ou inacessível pelos atores organizacionais envolvidos no contexto. Uma segunda razão é que a pesquisa-ação, enquanto procedimento de ação, gera – a partir dos conhecimentos produzidos – diretrizes de ação para viabilizar a solução de problemas enfrentados pela organização e pelos atores sociais nela envolvidos. Por fim, uma terceira razão consiste no entendimento da pesquisa-ação como um mecanismo de mediação e negociação da mudança com as diferentes partes da organização e atores envolvidos. Outra questão que merece ser relatada é a do aprendizado organizacional, ou seja, a de transferência do conhecimento tácito ou informal para um saber deliberado ou formalizado dentro da organização. Isso ocorre porque a pesquisa-ação ao proporcionar a participação e o envolvimento dos atores organizacionais nas situações de mudança, estimula a troca de informações e de saberes entre os atores sociais. Além disso, como a pesquisa-ação parte do pressuposto de que haverá um contínuo processo de mudança de diagnóstico, definições de problemas a serem solucionados, implementação da pesquisa-ação e feedback, o processo de geração de conhecimento atinge uma fase de retroalimentação constante.

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

*propriedades emergentes reais através do tempo e do espaço*” (JESSOP, 2005, p. 44). Assim, os cientistas sociais precisam considerar a especificidade histórica e a espacialidade das formas sociais e a transformação de suas propriedades sociais. De particular importância para pesquisa é a preocupação com a distintividade e particularidade de eventos ou processos, que serão “engajados em” e raciocínios contrafactuais probabilísticos aplicados a condições internas e externas do fenômeno em questão.

## 4. A Pesquisa-ação em Perspectiva

### 4.1 Por uma historicidade da pesquisa-ação

Reason e Brabury (2008, p. 4) definem pesquisa-ação como “um processo participativo preocupado com o desenvolvimento de conhecimento prático perseguindo propósitos humanos [...] [que] procura trazer junto ação e reflexão, teoria e prática”. A melhor base para se estudar a relação entre desafios práticos e discurso teórico é a PA, que tem sido trabalhada dentro de um mesmo contexto prático, mas com variações segundo a forma como ela é teoricamente orientada (GUSTAVSEN, 2008).

Há certo consenso com relação a alguns elementos da pesquisa-ação, como o modo de entrada e participação dos pesquisadores, uma vez que ela está preocupada genuinamente com os atores no processo de mudança de uma realidade social; o espaço comunicativo, ou seja, trazer à tona juntos (todos os atores) os assuntos, problemas e tópicos relacionados que sejam compartilhados pelos membros (CASSELL; JOHNSON, 2006).

Porém, a pesquisa-ação tem sido muito usada para descrever e justificar as atividades organizacionais diversas (HUXHAM; VANGEN, 2003; COOKE, 2006; CASSELL; JOHNSON, 2006; GUSTAVSEN, 2008; FRIEDMAN; ROGERS, 2009). Para Cassell e Johnson (2006) é evidente que os significados anexados ao termo, as fontes de inspiração desdobradas e as práticas que essa visão sanciona são tão diversas que nem parece ser uma teoria unificada. Tal diversidade de flexionamento exige que se faça um duplo resgate: de um lado, acerca da historicidade da pesquisa-ação, evidenciando o seu contexto de surgimento, desenvolvimento e às ideias subjacentes a essa estratégia de pesquisa; e, de outro, um resgate epistemológico das tradições de pesquisa associadas a essa forma de produção de conhecimento científico e de intervenção social.

Segundo GUSTAVSEN (2008) o marco inicial da pesquisa-ação está associado aos trabalhos realizados pela primeira geração de pesquisadores do *Tavistock Institute of Human Relations*, criado logo após o fim da II Guerra Mundial, em 1946, e que foi considerado o centro pioneiro no desenvolvimento e aplicação da pesquisa-ação. Embora os estudos daquela época focalizassem, majoritariamente, a produtividade, eles tendiam a considerar os recursos necessários para que os trabalhadores tivessem um comportamento ativo na solução de problemas no ambiente de trabalho. A ideia central dos estudos desenvolvidos naquela época neste instituto era introduzir formas de trabalho que fizessem o possível para que os trabalhadores retivessem a sua subjetividade e se

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

tornassem ativos, agentes criativos no ambiente de trabalho.

Porém, os pesquisadores enfrentavam um desafio: como introduzir mudanças (novas formas de trabalho mais ativas, que enriquecessem o ambiente de trabalho e a criatividade dos empregados) ao mesmo tempo em que pudessem estudar essas intervenções de modo científico? Foi nesse contexto que os princípios da pesquisa-ação começaram a ser desenvolvidos, a partir, principalmente, da questão de como trazer a teoria para os problemas práticos de desenvolvimento da vida no trabalho (GUSTAVSEN, 2008). A pesquisa-ação, então, entrou como um elemento operacional para desenvolver na prática melhorias no ambiente de trabalho, visando em última instância aumentar a produtividade, mas de modo atrelado ao enriquecimento das atividades e da participação mais ativa efetiva dos funcionários.

Assim, embora inicialmente estivessem preocupados com a introdução de conhecimentos teóricos e novas formas e técnicas no ambiente de trabalho, aos poucos o modo pelo qual essas modificações passariam a ser realizadas foi gradualmente despertando a atenção dos pesquisadores, culminando com a elaboração de um protocolo de pesquisa do que mais tarde viria a se chamar pesquisa-ação.

A emergência da pesquisa-ação como ponta de lança do processo de mudança se deu, de modo mais efetivo, a partir do momento em que os pesquisadores do *Tavistock Institute* juntamente com a Confederação Norueguesa de Empregados e a Confederação da União do Comércio trouxeram à tona uma iniciativa conjunta. A partir dessa integração os pesquisadores puderam demonstrar, em termos práticos, quais ideias eles queriam promover, bem como as suas ideias de habilidades que seriam adquiridas para então promovê-las no ambiente de trabalho concreto.

Assim, as indústrias abriram as suas portas para os pesquisadores. Durante os anos 60 foram realizadas diversas experiências com grupos de trabalho autônomos nas áreas de plantas mecânicas, fábrica de papel, trefilagem (*wire drawing*), e produtores de fertilizantes, entre outros; sendo que estes foram os mais bem-sucedidos. Apesar desse sucesso o processo não poderia se limitar a 4 grupos de trabalho (experiências) e, então, um novo problema – surgido no começo dos anos 1970 e que permanece até hoje – entraria em cena: *como difundir e replicar essas experiências em larga escala?*

Enquanto que as primeiras experiências atraíam a atenção dos gerentes e integracionistas, a maioria dos atores no ambiente de trabalho tinha uma tendência inicial a rejeitar as ideias para as quais não possuía condições específicas de participação. O desafio então foi tornar as ações do projeto em uma forma mais participativa.

Quando as primeiras experiências foram realizadas, esperava-se que se tivesse um efeito de bola de neve, onde rapidamente seus resultados se espelhassem (tendendo então a diminuir a necessidade dos *inputs* de pesquisa em novos casos). Porém, com a necessidade de maior atenção às variáveis locais, a PA emergiu com um largo espectro de variações em diferentes projetos em ambientes de trabalho, dificultando assim a homogeneidade em termos de práticas e a possibilidade de sedimentação, validação e replicação dos achados em cada contexto. Então, passou-se a questionar: *o que a guinada, em termos de participação local, implica para este tipo de teoria?* (GUSTAVSEN, 2008).

A problematização das formas de pesquisa participativas pode ser vista de duas

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

formas<sup>10</sup>: de um lado aquelas que valorizam a função instrumental e a sua eficácia; e, de outro, aquelas que encaram este tipo de pesquisa como um modo de dominação. Segundo Cooke (2006), a PA é vista como uma cooptação crítica, pois o foco no significado da mudança obscurece as questões sobre seus fins, e no mínimo, se as mudanças em jogo são de interesse dos participantes. Além disso, os métodos participativos facilitam a cooptação daqueles que poderiam, de outro modo (e às vezes com razão), se opor as mudanças em questão. Por fim, o empoderamento adquirido é restrito aos processos do micro nível organizacional – enquanto que as práticas e estratégias mais amplas permanecem inalteradas.

Em relação ao segundo argumento expresso acima é preciso questionar: Será que aqueles que opõem à mudança teriam alguma razão? Mesmo se tivessem, isso exclui a razão daqueles que promovem a mudança? Se ambos os grupos sociais têm razão (e legitimidade) em relação ao seu ponto de vista sobre como agir em uma dada situação o que garante que um grupo deve se submeter ou se sobrepor ao outro? Como dar curso à mudança ou manter uma dada situação? Qualquer curso de ação que seja adotado será necessariamente prejudicial a um grupo social. Nesse sentido, é preciso deixar de lado a concepção maniqueísta de que um grupo sempre é vítima do outro. Deve-se estabelecer formas racionais de se chegar a situação possível mais favorável a ambos os grupos envolvidos.

**Nos anos 1970**, surgiram projetos para promover a maior autonomia no ambiente de trabalho em diversos países, **promovendo uma a tensão entre teoria geral e experiência local**. Para promover uma cooperação internacional foi estabelecido um conselho (GUSTAVSEN, 2008). Enquanto o estudo original de Trist e Bamforth (1951) tinha uma orientação antropológica com um forte viés de interpretação hermenêutica de uma situação específica de estudo em questão, o final da década de 50 assistiu uma guinada para o pensamento sistêmico, influenciada, sobretudo, pelo tipo de analogias biológicas.

O processo de formação teórica deveria identificar e desenvolver uma teoria de trabalho na organização que cobrisse os maiores aspectos, do ambiente de trabalho para a

---

<sup>10</sup> Cooke (2006) realiza uma conexão entre a Guerra Fria e a ascensão da vertente gerencialista de pesquisa-ação, que se sobrepôs à vertente de PA mais engajada e preocupada com problemas sociais, pois esta foi associada a uma visão de concepção socialista, fortemente reprimida no contexto anglo-saxão (e ocidental) do período pós IIGM. Para realizar sua análise, o autor recorre à troca de correspondências entre os maiores expoentes da pesquisa experimental no campo social da época, Lippitt e Collier, que fundaram as bases para o que hoje é considerado pesquisa-ação. Na análise das correspondências, além de levantar e fornecer o *background* histórico do contexto em que se inseriu a troca de correspondências, Cooke (2006) também relata uma curta biografia de cada autor, nas quais se mostram as experiências profissionais e as influências pessoais de cada um deles, que marcaram seus posicionamentos científicos: de um lado, Lippitt, psicólogo social e cientista, conservador, defensor da neutralidade científica e dos métodos como meio de garantir o fazer científico (ainda que ele não ignorasse o resultado desse processo e a possibilidade do pesquisador influenciar nele), enfatizava a pesquisa e ainda mais os níveis microsociais de análise. Para ele, a mudança certamente não é algo bom nem ruim, é apenas um fato. A aplicação dos princípios de metodologia científica define o melhor processo de mudança nas relações humanas através dos padrões mais apropriados. De outro, Collier, administrador público, defendia uma posição científica mais engajada na realidade social mais ampla, que viria a redundar em uma diferente postura, inclusive científica e metodológica, do pesquisador e no reconhecimento do seu papel na sociedade. Para ele a PA requirava um engajamento no domínio social além daquele imediato aos participantes. Dentro de um contexto autoritário, pode-se ter todos os tipos de resultados, menos a razoabilidade. Após a revisão da biografia de cada um, o autor chama a atenção para o fato de que as críticas que Collier fez a Lippitt serviu a este como uma antecipação para que este corrigisse esses pontos fracos da PA e construísse uma justificativa para aqueles que possivelmente não pudessem ser mitigados. O pano de fundo da Guerra Fria mostra como os pensadores de esquerda ou com ideias diferentes dos conservadores foram perseguidos pelo fantasma da política macartiana de caça às bruxas.

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

organização e desta para o seu ambiente. Porém, havia outros pontos de vista. Elden (XXXX) focou seu trabalho na introdução da noção de teoria local. Para ele havia a necessidade de se entender os fatores locais específicos. Esta teoria contingencial radical, concordando que as diferenças entre organizações não consistem somente na diferença de valores entre as mesmas variáveis, mas na necessidade de usar diferentes variáveis para descrever diferentes organizações, levou a *implicação de se ter diferentes variáveis é a ausência de um ponto comum para estabelecer comparações* (GUSTAVSEN, 2008).

O que emergiu então foi um misto entre teoria geral e local. Quando a ligação com o desenvolvimento universal através de uma nova razão e racionalidade na vida no trabalho desapareceu, isto gerou, em muitos casos, dificuldade de igualar os processos locais e, pelo final dos anos 80, muitos deles foram também transformados em outros processos com menos ressonância do que o original. Esta experiência pode ser tomada como um indicativo de que a pesquisa-ação é principalmente uma forma de construcionismo local, pois ela provê condições específicas locais, que em cada caso produz pouco conhecimento transferível. Assim, os relatórios de pesquisa passaram de um foco em características gerais do trabalho e da organização para interação entre pesquisa e seus parceiros locais (GUSTAVSEN, 2008).

No início da década de 1980, diferentes setores do mercado de trabalho estabeleceram um acordo para o desenvolvimento da questão. Este acordo não expressava preferências específicas, por exemplo, em relação aos padrões de trabalho e de organização, mas encorajava gerência e os trabalhadores a desenvolver localmente relacionamentos ativos.

Ponto central nesse contexto foi que o tipo específico de conferência desenhada e promovida largamente e a participação igual de todos foi concernente ao desenvolvimento de processos no ambiente de trabalho.

Assumia-se, então, que a pesquisa-ação ajudava a criar concordância bem como a formas de implementá-la. A conferência inicialmente foi desenhada como um reverso das negociações tradicionais. Durante os anos mais recentes, pesquisas desenvolveram este padrão de conferências em muitas direções, introduzindo critérios para a composição de grupos, rotação de funções, para estabelecimento de bons diálogos, etc. Através dos anos 80 cerca de 450 organizações usaram este tipo de conferência, largamente de modo individual.

Comparado aos imperativos teóricos de Tavistock, as formas dialógicas de poderiam ser vistas como abrindo processos reflexivos críticos com um forte elemento do construcionismo. Por outro lado, uma virada mais participativa das formas de pesquisa-ação que emergiram ainda nos anos 70 tinham introduzido várias formas de trabalho com fortes elementos de diálogo, pois “a possibilidade de fazer parte de um movimento, sem ser demandado a ‘copiar o sucesso alheio’ parecia ser de uma importância crítica para o sucesso do acordo” (GUSTAVSEN, 2008, p. 427). O sucesso do alcance de escopo não foi combinado com o mesmo grau de penetração em cada organização específica.

**Após uma relativa estagnação na década de 1980**, quando o pacto interinstitucional do governo, centros de pesquisa e setores o mercado foi resgatado para renegociação (1990-1991) emergiu a discussão sobre os processos de mudança naquele horizonte de tempo. Assumiu-se que talvez cada organização tivesse que ser vista como

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

enraizada em um todo mais amplo, onde este todo tivesse que estar sujeito à mudança. O resultado da deliberação foi colocar mais ênfase na cooperação entre organizações. Esta cooperação interorganizacional era vista como a saída para a geração de conhecimentos transferíveis para outros contextos.

A principal proposta do programa foi, então, colocar recursos de pesquisa disponíveis para as organizações que quisessem manter não somente processos internos, mas também desenvolvessem co-operação com outras organizações (GUSTAVSEN, 2008).

Segundo Gustavsen (2008), comparada com o programa de Democracia Industrial de 1960, o novo programa da década de 1990 dava um salto em aspectos importantes como:

- a) Ao invés de focar dentro da organização com elos através delas, os projetos deveriam focar agora a construção de redes org. como alvo principal;
- b) Enquanto a democracia industrial foi baseada em *inputs* de pesquisa de um ou dois ambientes generalizados para o cenário nacional, passava-se a focar redes que assumissem fortemente as peculiaridades locais e regionais;
- c) Com as redes locais-regionais como ponto de partida, a difusão se tornou idêntica a expansão-replicação de tal configuração ator local-regional;
- d) O desafio da pesquisa-ação deveria ser ajudar a iniciar um número crescente de redes;
- e) Com as contribuições de pesquisa emergindo de um número grande de pesquisas interdependentes (ao invés de poucas porém especializadas) a coordenação e crescimento dessas pesquisas parece ser uma tarefa de coordenação institucional (surge a noção de centros teóricos nacionais).

Depois de 2 anos, os processos de crescimento começaram a emergir com diferentes padrões de configuração local-regional, mas houve um crescimento no número de participantes e no escopo das redes. Esta nova proposta da década de 1990 teve sucesso na reversão de 2 tendências, que caracterizavam os esforços prévios: a) a tendência em fechar as organizações em um único nível de organizações associadas; b) a tendência através do crescimento do número de projetos sendo associado a um reduzido impacto em cada projeto.

Esses resultados dependeram de como muitos nós puderam ser estabelecidos e o quão rápido cada rede pode ser construída.

**A virada regional a necessidade de ambientes pluralísticos** foi uma concepção comum dentro da reforma do trabalho que a mudança é dependente do grau de confiança entre as partes envolvidas. A questão era de que o alto grau de especialização no trabalho seria um reflexo da falta de confiança; o gerente não confia na habilidade dos trabalhadores, estes não confiam na manutenção do regime de trabalho pelos gerentes. Seria a confiança um pré-requisito para a mudança? O que irá garantir que o processo continue?

O processo cresce e se fortalece se a rede é expandida e inclui mais atores do que partes do nível organizacional. Isto supõe que a autonomia seja uma condição para se ter confiança. A necessidade de um ambiente pluralístico com necessidade democráticas e

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

equilíbrio lança luzes sobre a relevância do diálogo como mecanismo generativo principal (chefe). A mudança não é a questão de mover uma linha sem fim dentro de uma organização, uma e depois outra, mas movimentar proporções mais amplas de organizações (e atores relacionados) num padrão baseado na igualdade e no suporte mútuo. Em 2000 o programa estabeleceu como foco a região entendida como território geográfico de algum tamanho que é representativo de uma parceria (corpo feito de representativos, de autoridades regionais de ramos (*branches*) regionais, partes do mercado, pesquisadores e outros grupos de interesse).

Nessa altura surge a questão quais os empecilhos ao avanço e consolidação da pesquisa-ação? Sofreria ela de alguma incompatibilidade intrínseca e oposta à produção e generalização do conhecimento científico? Ou ela estaria sendo aplicada de forma desarticulada em diferentes bases epistemológicas? Impedindo o seu real desenvolvimento, por se comparar e se basear em referenciais de outros quadros científicos que não podem ser atingidos, em virtude até mesmo da especificidade de seu objeto? Surge então a necessidade de re-situar a pesquisa-ação no debate epistemológico.

## 4.2 Três desafios à pesquisa-ação

A seguir, serão exploradas as questões problemáticas: (1) a possibilidade de integração teórico-prática como forma de produção de conhecimento científico; o que requer um debate sobre (2) o problema da generalização, ou como realizar a transferência do conhecimento científico (particular), gerado a partir do contexto de desenvolvimento da pesquisa-ação para outros contextos (geral); e (3) o estatuto científico da pesquisa-ação, a fim de se estabelecer as possíveis bases a partir das quais se pode desenvolver, de modo cientificamente justificado e legítimo, este tipo de pesquisa.

### *4.1.1 A Integração teoria e prática e pesquisa-ação ou o problema da produção científica e intervenção simultâneas*

Pesquisa-ação nas ciências sociais aplicadas supõe a possibilidade de conciliação entre produção do conhecimento científico concomitantemente ao processo de alteração na realidade social (OQUIST, 1978; CHECKLAND; HOLWELL, 1998), que pode acontecer em qualquer contexto social, inclusive no contexto organizacional (LEWIN, 1947; EDEN; HUXHAM, 2001), de modo planejado, organizado, sem que nenhum dos dois tipos de ação (pesquisa ou procedimentos de intervenção) sobrepuje o outro.

Assim, a pesquisa-ação não encontra abrigo no seio das tradições científicas inspiradas na separação dicotômica entre sujeito e objeto; entre teoria e prática; entre produção e justificação do conhecimento científico gerado, mas apenas no seio das tradições que contemplam uma visão dinâmica da realidade social, onde o homem é sujeito e objeto, agente ativo e passivo do processo de produção da realidade e científica, sendo a validade desta revelada não pelo critério de antecedência da realidade, mas pelo caráter eventual e contínuo da atividade humana (OQUIST, 1978). Ou seja, estas

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

mudanças permitem a comparação entre o estado atual e o anterior e a verificação ‘objetiva’ de elementos mutáveis e das condições de mudança. O caráter inexorável da mudança dos fenômenos sociais é o ponto basilar para a objetivação dos conhecimentos gerados na subjetividade/particularidade de contextos específicos que por si só impedem ou reduzem a possibilidade de objetivação e generalização.

## 3.2 *A expansão do modelo de pesquisa e o problema da replicação (generalização científica)*

Sobre este aspecto, Checkland e Holwell (1998) afirmam que obviamente o processo científico baseado nos fenômenos sociais, em particular o da pesquisa-ação, não permite a produção de leis e generalizações a partir de uma única situação, mas em todo caso a pesquisa-ação não assume que as ‘leis sociais’ aguardam serem descobertas do mesmo modo que as leis físicas que podem ser observadas como regularidades do universo que no qual fazem recorrência se elas tenham ou não ainda sido notadas e codificadas. Mas um processo de pesquisa-ação organizado seriamente pode ser feito para gerenciar generalizações ‘defensivas’, mediante algumas modificações como temas substituindo hipóteses; o reconhecimento do papel de pesquisador e ator simultaneamente; a arbitrariedade para a finalização do processo; e a utilização de protocolos para a transferência de extensiva mediante o critério de *recuperabilidade* de práticas e processos (CHECKLAND; HOLWELL (1998).

Checkland; Holwell (1998) apontam que conhecimento científico clássico modelo paradigmático do inquérito organizado proposto pelas ciências naturais, baseado nos princípios do reducionismo, replicabilidade e refutação. Nessa perspectiva, se os resultados dos experimentos são replicáveis, eles contam como parte de um corpo de conhecimentos, pois o progresso científico é feito com base na sequência de experimentos através do teste e de destruição de hipóteses. Uma implicação dessa perspectiva é o fato de que o poder do método científico jaz na replicabilidade de seus resultados, que transforma seus achados em conhecimento público.

A replicabilidade do experimento sustenta do fato de que o fenômeno investigado deve ser homogêneo ao longo do tempo (KEYNES, 1938 citado em CHECKLAND; HOLWELL, 1998, p. 11), porém, nas ciências sociais eles não se apresentam dessa forma, pois a sobreposição – ainda que parcial – entre sujeito e objeto de pesquisa interfere na objetividade de observação do fenômeno; na sua (in)capacidade de replicabilidade e, por conseguinte, na formulação de conhecimentos científicos a respeito desses fenômenos sociais. Assim, o fato da exterioridade do objeto nas ciências naturais permite que as concepções teóricas formuladas a respeito da natureza não a afetem diretamente, acontecendo o oposto no domínio das ciências da cultura: “[...] o modelo heliocêntrico de Copérnico é inteiramente não afetado pela nossa teorização a respeito dele. Mas a teoria marxista da história tem a capacidade de mudar a história!” (CHECKLAND; HOLWELL, 1998, p. 12).

Assim, devido ao fato de os fenômenos sociais estarem sobrepostos ao sujeito que os observa e não serem homogêneos ao longo do tempo, o modo de observação desses fenômenos deve recorrer a um conjunto de concepções teóricas e metodológicas que sejam

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

capazes de apreender as especificidades dos fenômenos sociais, permitindo a sua descrição, compreensão e explicação científica (DOMINGUES, 2004).

## 4.1.3 A natureza do conhecimento baseado na pesquisa-ação ou o problema epistêmico

Cassell e Johnson (2006) mostram que a diversidade de modalidades de pesquisa-ação surgidas desde os trabalhos de Kurt Lewin e dos estudos do Tavistock Institute, no pós guerra, até hoje não é fruto da casualidade, mas sim da diversidade de fundações epistemológicas a partir das quais partem os pesquisadores. Fundações essas que permanecem tácitas nos trabalhos e que contribuem para a dificuldade de se atingir um *status* científico pela pesquisa-ação.

Ainda segundo estes autores, a diversidade de domínios de origem parece não unificar as teorias, pelo contrário permite a apropriação pelos pesquisadores pós-modernos em diferentes conotações. De modo geral, a pesquisa-ação pode ser polarizada em torno de duas visões diferentes dos pesquisadores ao seu respeito: de um lado, aqueles que enfatizam como a pesquisa-ação integra a teoria com a prática por meio de um sistemático inquérito científico auto-reflexivo pelos praticantes para desenvolver a prática; e, de outro, aqueles que a consideram como um inquérito apreciativo que constrói o sucesso organizacional mais do que solução de problemas (CASSELL; JOHNSON, 2006).

A primeira vertente, Cassell e Johnson (2006), estaria baseada na noção de *verstehen* (entendimento interpretativo), originária num polo indutivo, onde a pesquisa-ação seria vista como uma forma de enfoque na construção de um quadro interpretativo e a partir daí gerar teorias. Ou seja, gerar o desenvolvimento de um entendimento interpretativo das teorias em uso dos participantes, em oposição às teorias esposadas, para ajudar a reduzir rotinas defensivas e contribuir para o aprendizado e reconfiguração *decision making*. Já os pesquisadores da segunda vertente baseariam seu entendimento (sobre ciência e, por extensão, pesquisa-ação) na noção de *erklaren* (explicação causal), associada às premissas do pensamento dedutivo; e que veria como pivô da pesquisa-ação a análise causal dedutiva: ou seja, nesta segunda interpretação, a lógica de pesquisa-ação seria dada pelo processo de: identificação de problemas; construção de hipóteses; *diagnosis*; planejamento; intervenção e avaliação de resultados a fim de aprender e planejar intervenções subsequentes.

Porém, a suposta concentração da pesquisa-ação nesse ciclo interativo de caráter pragmático tem sido um dos principais elementos de crítica e, ao mesmo tempo, de disputa entre pesquisadores de diferentes tradições filosóficas. Enquanto alguns defendem o caráter pragmático como uma forma de se associar teoria e prática, levando o conhecimento científico para a resolução de problemas da vida real em conjunto, por meio do diálogo e da aquisição de consciência crítica, com os atores afetados pelos problemas; outros estudiosos criticam essa postura por acharem que ela nada mais é do que uma forma de produzir e potencializar o controle social e mudanças desejadas pela cúpula, agindo de duas formas: pela nova forma de ação legitimada pelos membros externos (que detém um conhecimento específico e superior ao dos atores internos) e por contar com a participação do grupo, e usar o espaço organizacional para facilitar e nutrir as mudanças desejadas (CASSELL; JOHNSON, 2006).

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

## 4.1.4 Uma tentativa de síntese preliminar: o estudo comparativo de Paul Oquist (1978)

Num dos trabalhos mais antigos especificamente dedicados à questão da epistemologia da pesquisa-ação, Paul Oquist (1978) aborda algumas tradições de pesquisa diferentes – empirismo, positivismo lógico, estruturalismo, pragmatismo – para realizar uma análise comparativa acerca dos pressupostos epistemológicos de cada uma dessas tradições, cotejando-as com as características da pesquisa-ação, para identificar quais tradições, de fato, fornecem bases possíveis para a sustentação da pesquisa-ação. Para realizar tal comparação, aparando as arestas entre o debate teoria *versus* prática e ideologia *versus* ciência – questões que permeiam a fronteira tênue entre conhecimento científico e ação social, que são os principais fundamentos da pesquisa-ação - Oquist (1978) considera cinco questões como categorias fundamentais e que estão presentes, de forma diferenciada, em cada uma das tradições analisadas: (1) o modo como o homem produz o conhecimento; (2) o modo como o homem justifica o conhecimento; (3) qual a relação entre teoria e prática; (4) qual a relação entre valores ou ideologia e ciência; e (5) e quais as implicações para a pesquisa-ação (cf. tabela 1).

Tabela 1: Síntese comparativa entre tradições filosóficas e categorias do conhecimento científico.

Categorias/ Tradições	Produção do conhecimento	Justificação do conhecimento	Relação teoria e prática	Relação ideologia e ciência	Implicações para a pesquisa-ação
Empirismo	Homem produz o conhecimento pelo contato direto e pela observação da realidade.	Demonstrada pela correspondência com a realidade.	Não-relacionadas, prática bem da rigorosa observação da natureza e é tudo o que se precisa para gerar conhecimento. Os fatos falam por si mesmos.	Ciência deveria ser livre de valores e baseada em critérios de observação neutra da realidade. Qualquer tentativa de interpretação é uma projeção do homem sobre a natureza, e por isso, valorativa.	Pesquisa-ação seria tão somente uma prática política, religiosa, social, cultural ou uma atividade educacional, sem relação com pesquisa científica.
Positivismo Lógico	Começa com a formulação de hipóteses, que pode ser concebida com base na teoria ou na realidade. O teste de hipótese se dá pela confrontação entre teoria e realidade. Realidade consiste em fatos e eventos que são identificadas com conceitos. Ela é definida pelo quadro teórico.	O material teórico é avaliado pelo modo de explicação. Pode existir diferentes teorias para o mesmo. Critério de justificação é o método. A possibilidade de diferentes padrões metodológicos produz uma das 2 fontes de relativismo o positivismo lógico.	É a 2ª fonte de relativismo no positivismo lógico. Baseiam a produção do conhecimento na observação. Esta permite a eliminação do absurdo manifesto, mas o refinamento da explicação vem pelo teste de hipótese. A prática de observação é informada pela teoria e esta é informada por uma observação <i>a priori</i> . Realidade é diferente da teoria.	Teoria contem valores, mas somente aqueles implícitos ao método científico em si mesmo e que não atrapalham a definição científica de objetividade do positivismo lógico. Valores não devem influenciar o processo científico. Exceção quando a realidade é transformada no processo de produção da ciência (pesquisa experimental).	Situação experimental corresponde exclusivamente aos interesses da ciência (produção de conhecimento) e não aos interesses práticos (porém, a produção de conhecimento pode trazer benefícios práticos). A pesquisa-ação se baseia na reprodução neutra do sistema onde está inserida, pois a mudança social (ex. de valores) não é científica.

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

Estruturalismo	O conhecimento é produzido pela transformação do conhecimento abstrato material no seu estado bruto em produto de conhecimento concreto e acabado, pelo modo de produção do conhecimento.	O critério de justificação é o método. Não é o produto final que caracteriza e classifica a reflexão, mas mais do que isso é o modo ou o método de reflexão.	A relação entre teoria e prática opera em 2 níveis: 1º há uma distinção entre conhecimento e realidade, que formam dois domínios separados <sup>11</sup> . A unidade entre teoria e prática ocorre dentro da prática teórica, produção do conhecimento que ocorre inteiramente dentro do pensamento. A noção dicotômica entre teoria e prática é considerada um mito. Não há teoria pura, visão absoluta, nem há totalmente prática material (concreta). Não há prática no geral, mas práticas específicas, que são distinguidas pelo seu modo de produção com o qual transformam seus objetos	. Ciência é livre de valores, exceto os seus próprios valores internos. Ideologia é a antítese da ciência. Ciência tem sua própria prática teórica que é independente de teorias e práticas de outras atividades humanas.	Teoria e prática científica são livres de todos valores, exceto os da ciência em si mesma, e inteiramente livre de ideologia. Pesquisa-ação confunde prática teórica e prática real, os objetos do conhecimento e os objetos reais. Ciência pode ser usada na prática, mas tem que haver independência do processo de conhecimento científico.
Pragmatismo	Produção do conhecimento começa com problemas práticos. A ciência é uma atividade. Ela é um modo direcionado de realização de coisas práticas. Para conhecer alguma coisa é preciso mudá-la. O homem científico utilizando procedimentos experimentais está interessado em conhecer precisamente que mudanças ocorrem em um dado fenômeno. As ideias que guiam a ação precisam ser traduzidas em	A ideia efetiva consiste em operar objetos. Ideias que não são suscetíveis de operacionalização não são potencialmente capazes de justificação e, assim, jazem fora do escopo da ciência. A justificação do conhecimento é julgada pelas consequências de uma operação. Se a ação preenche as predições da ideia diretiva, maximiza os valores apropriados, e resolve a situação problemática que suscitou a pesquisa, então o conhecimento é justificado.	O principal objetivo é a resolução de problemas práticos. O conhecimento não é um fim em si mesmo. A relação teoria e prática é produzida pela prática experimental.	Ciência é uma atividade propositiva e assim os valores são parte e parcela da pesquisa científica. Valores guiam a ação e pode haver conhecimento sem ação. Valores não são condições internas pessoais, mas antes critérios para o julgamento de relações externas. Valores e fatos têm a mesma base e são produzidos pelos mesmos procedimentos, embora funcionem diferentemente. Valores e ciência são parte de uma mesma totalidade. Valores, assim como conhecimento, são somente possíveis na união de teoria e prática.	Pesquisa-ação é uma pesquisa científica dentro do pragmatismo. Ela corresponde a visão pragmática de como o homem produz e justifica o conhecimento e que é voltado para as posições pragmáticas com foco na união de teoria e prática e o lugar dos valores e da ideologia no processo de produção do conhecimento.

<sup>11</sup> “O conhecimento procura apropriar-se da realidade, mas a realidade em si não forma o objeto do conhecimento. Conhecimento possui seu próprio objeto interno. O objeto do conhecimento é a prática teórica que não pode ser confundida com o objeto real. Os objetos reais existem independente do conhecimento, embora eles só possam ser definidos pelo conhecimento” (OQUIST, 1978, p. 148 – tradução livre).

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

*[Florianópolis - SC]*

*[Brasil]*

*[26 a 28 Abril - 2017]*

	operações concretas.				
--	----------------------	--	--	--	--

**Fonte:** Adaptado de Oquist (1978).

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

## 5. À Guisa de Conclusão

O objetivo deste trabalho foi rever o método de PA à luz do realismo crítico. A seu respeito dois aspectos merecem ser destacados: 1) o fato de que a PA está preocupada com a geração de conhecimento; 2) diz respeito à PA enquanto tecnologia social de intervenção na realidade, cujos conhecimentos gerados pela pesquisa serão a base de suporte para as intervenções no sistema social. Nesse contexto, a PA encontra um fértil campo de aplicação tornando-se importante por várias razões.

Primeiro, porque enquanto procedimento de pesquisa, a pesquisa-ação conduz a geração de um conhecimento antes inexistente ou inacessível pelos atores organizacionais envolvidos no contexto. Uma segunda razão é que a pesquisa-ação, enquanto procedimento de ação, gera – a partir dos conhecimentos produzidos – diretrizes de ação para viabilizar a solução de problemas enfrentados pela organização e pelos atores sociais nela envolvidos. Por fim, uma terceira razão consiste no entendimento da pesquisa-ação como um mecanismo de mediação e negociação da mudança com as diferentes partes da organização e atores envolvidos. Outra questão que merece ser relatada é a do aprendizado organizacional, ou seja, a de transferência do conhecimento tácito ou informal para um saber deliberado ou formalizado dentro da organização. Isso ocorre porque a pesquisa-ação, ao proporcionar a participação e o envolvimento dos atores organizacionais nas situações de mudança, estimula a troca de informações e de saberes entre os atores sociais. Além disso, como a pesquisa-ação parte do pressuposto de que haverá um contínuo processo de mudança de diagnóstico, definições de problemas a serem solucionados, implementação da pesquisa-ação e feedback, o processo de geração de conhecimento atinge uma fase de retroalimentação constante.

Devido ao fato de que as bases teóricas e epistemológicas da PA propõem um método alternativo de pesquisa, que seja comprometido com a geração de conhecimento e ao mesmo tempo com a aplicação desse conhecimento no sistema social, a fim de que o mesmo se traduza em melhorias para todos os atores sociais envolvidos naquele processo, há uma convergência crucial em relação ao RC, que também visa a produção de conhecimento para a transformação dos sistemas sociais.

Todavia, por estar presa aos cânones do modelo *humeniano* e positivista de relações causais para a produção e validação do conhecimento científico, a PA não consegue assumir uma autonomia crítica e legítima por se valer das mesmas formas, elementos e justificativas para a produção de conhecimento e sua intervenção. Então, uma alternativa seria buscar fundamentação em outras bases epistemológicas, que rompam com aquele modelo e sua forma de produção de conhecimento, para que ela possa florescer e, justificada e legitimamente, se afirmar.

O RC oferece essa possibilidade na medida em que opera com uma lógica transfactual de identificação das estruturas e poderes causais das entidades, bem como dos mecanismos e circunstâncias contextuais que operam somente como tendências em um sistema aberto (onde não necessariamente há uma conjunção constante de eventos para geração de leis científicas. De fato, esta situação parece ser apenas um caso limite dentro de uma lógica transfactual em sistemas abertos).

Uma implicação direta para as ciências sociais é que “[...] *enquanto os poderes causais básicos e leis do mundo natural tem sido constantes desde a formação do universo, o mundo social exibe poucas constantes e correspondentemente maior variação em*

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

*propriedades emergentes reais através do tempo e do espaço*” (JESSOP, 2005, p. 44). Assim, os cientistas sociais precisam considerar a especificidade histórica e a espacialidade das formas sociais além da transformação de suas propriedades sociais. De particular importância para pesquisa é a preocupação com a distintividade e particularidade de eventos ou processos, que serão “engajados em” e raciocínios contrafactuais probabilísticos aplicados a condições

## Referências

- ARND-CADDIGAN, Margaret; POZZUTO, Richard. Truth in Our Time. *Qualitative Social Work*, 2005, vol. 5 (4): 423-440.
- ASTLEY, W. G.; VAN DE VEN, A. H. Debates e perspectivas centrais na teoria das organizações. *RAE*, vol. 45, nº 2, 2005.
- BHASKAR, R. (1989) *Reclaiming Reality: a critical introduction to contemporary philosophy*. Verso: London/New York.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 311p.
- \_\_\_\_\_. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). A sociologia de Pierre Bourdieu. São Paulo: Olhos d'Água, 2003. 169p.
- CASSELL, Catherine; JOHNSON, Phil. Action research: Explaining the diversity. *Human Relations*, Jun 2006; vol. 59: pp. 783-814.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2003. Cap. 3, p.209-259.
- COOKE, Bill. The Cold War origin of action research as managerialist cooptation. *Human Relations*, May 2006; vol. 59: pp. 665-693.
- DICK, Bob. Action Research Literature 2004-2006. *Action Research*, 2006, vol 4 (4): 4395-458.
- DICK, Bob; STRINGER, Ernie; HUXHAM, Chris. Theory in Action Research. *Action Research*, 2009, vol 7 (1): 5-12.
- DOBBIN, F. The poverty of organizational theory: Comment on: “Bourdieu and organizational analysis”. *Theor Soc* (2008) 37:53–63.
- DUPAS, G. Foco estratégico, sucesso empresarial e coesão societária familiar. In: ÁLVARES, E. (Org.). Governando a empresa familiar. Belo Horizonte: Qualitymark; Fundação Dom Cabral, 2003.
- FLEETWOOD, S. Ontology in organization and management studies: a critical realist perspective. *Organization*, 12 (2), 197-222, 2005.
- FRIEDMAN, Victor J.; ROGERS, Tim. There is nothing so theoretical as a good action research. *Action Reserach*, 2009, vol 7 (1): 31-47.
- GENAT, Bill. Building emergent situated knowledges in participatory action research. *Action Research*, Mar 2009; vol. 7: pp. 101-115.
- GUSTAVSEN, Bjorn. Action Reserach, practical challenges and the formation of theory. *Action Research*, 2008, vol 6 (4): 421-437.

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

- GUSTAVSEN, Bjorn. New Forms of Knowledge Production and the Role of Action Research. *Action Research*, Oct 2003; vol. 1 (2): pp. 153-164.
- HELLER, Frank. On the Integration of the Social Sciences. *Human Relations*, Jan 2001; vol. 54: pp. 49-56.
- JESSOP, B. Critical Realism and the Strategic-Relational Approach. *New Formations*, 56, (s/n), 40-53, 2005.
- KERLINGER, F. N. Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais. Editora Pedagógica e Universitária. São Paulo, 1980. p. 1-51.
- LEWIN, K. Frontiers in Group Dynamics. *Human Relations*, 1947.
- MÄNTYSAARI, Mikko. Realism as a Foundation for Social Work Knowledge. *Qualitative Social Work*, 2005, vol. 4 (1): 87-98.
- McKERNAN, J.A. Choice and Quality in Action Research: a Response to Peter Reason. *Journal of Management Inquiry*, 2006; 15; 204-206.
- MORIN, E. *Ciência com consciência*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- MUCCHIELLI, Alex. *L'Analyse Phénoménologique et Structurale em Sciences Humaines*. Paris : Presses Universitaires de France (PUF), 1983.
- NAGEL, Ernest. (1972). "Ciência: Natureza e Objetivo". In: *Filosofia da Ciência*. São Paulo: Cultrix.
- REY, F. G. *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- SAGAN, Carl (1995). O mundo assombrado pelos demônios. A ciência vista como uma vela no escuro. São Paulo: Companhia das Letras.
- VANDENBERGHE, F. Une ontologie realiste pour la sociologie: système, morphogenèse et collectifs. *Social Science Information*, 46 (3), 487-542, 2007.
- \_\_\_\_\_. O Maremoto Do Realismo Critico. *Teoria & Cultura*, Juiz de Fora, v. 9, n. 1, p. 8 a 30, jan./jul. 2014.
- WEBER, Marx. (1992[1904]). Metodologia das ciências Sociais. São Paulo. Cortez: Editora da Universidade Estadual de Campinas.